

www.dianova.ngo

www.dianova.pt

O Manifesto da Rede Dianova

Edição 2017

dianova | 
aprender | crescer | concretizar

ÍNDICE

Introdução

Criando uma Sociedade Responsável e Inclusiva Pág. 3

Desenvolvimento Sustentável Pág. 5

Parte 1: Dianova e o Meio Envoltente

Organizações Internacionais Pág. 8

Relações com os Estados Pág. 10

A Sociedade Civil Organizada Pág. 12

O Mundo Académico e Científico Pág. 14

O Mundo Empresarial Pág. 16

Parte 2: O Compromisso da Dianova

Dependências Pág. 19

Educação Pág. 27

Juventude Pág. 30

Desigualdades, Pobreza e Exclusão Social Pág. 33

Desenvolvimento Comunitário Pág. 35

Migrações Pág. 37

Igualdade de Género e Capacitação das Mulheres Pág. 39

Parte 3: Comunicação

Dianova & Comunicação Pág. 43

INTRODUÇÃO

Criando uma Sociedade Responsável e Inclusiva

A Dianova International (ONG com Estatuto Consultivo Especial junto do Conselho Económico e Social das Nações Unidas, e Organização da Sociedade Civil Registada junto da Organização dos Estados Americanos) e as suas associações e fundações membro comprometem-se mutuamente a aceitar este Manifesto.

Nós, como signatários deste Manifesto, representamos organizações sem fins lucrativos que operam globalmente com o objectivo de fomentar os direitos humanos e o desenvolvimento sustentável, através do nosso compromisso nas áreas da educação, juventude, dependências, ajuda humanitária e desenvolvimento social.

A nossa missão é “desenvolver iniciativas e programas que contribuam activamente para a autonomia pessoal e o progresso social”, numa perspectiva de um desenvolvimento humano mais equitativo e sustentável.

Orgulhamo-nos e consideramo-nos privilegiados por trabalhar em tantos países, com pessoas distintas e em diversos ambientes sociais e culturais. Orgulhamo-nos dos nossos valores de tolerância, compromisso solidariedade e internacionalidade. A promoção destes valores é o fundamento do nosso direito e dever de actuação, assim como a nossa contribuição para o processo democrático.

A nossa legitimidade assenta na qualidade do nosso trabalho e no reconhecimento e apoio recebidos pelas pessoas com e para as quais trabalhamos, da rede de serviços do nosso sector, dos nossos parceiros, dos nossos doadores, da opinião pública em geral e de outras organizações da sociedade civil. Acreditamos que a Rede Dianova e o Terceiro Sector em geral podem complementar, mas em caso algum substituir, o papel principal e a responsabilidade dos governos na promoção de um desenvolvimento humano equitativo, defesa de direitos e bem-estar das pessoas e da protecção dos ecossistemas.

A Dianova é uma rede laica e independente, sem afiliações políticas, corporativas ou ideológicas, devotada ao interesse público e ao desenvolvimento humano.

A Organização Dianova foi fundada na década de 1970 para ajudar pessoas no âmbito das dependências. Ao longo destas quatro décadas de existência, a organização evoluiu e tornou-se mais forte, tendo sido capaz de abordar uma diversidade de temáticas sociais mais abrangentes. A Dianova é hoje uma rede transnacional que opera em quatro continentes, caracterizando-se pela abertura e ligações às organizações associadas e à sua vocação histórica de ajuda e apoio às pessoas mais vulneráveis. Estas qualidades formam a massa crítica que lhe permite ocupar uma posição privilegiada para fazer ouvir a sua voz.

A missão da Rede passa por influenciar eficazmente as políticas sociais de promoção de saúde, qualidade de vida, desenvolvimento humano e comunitário, fomento e revalorização do ser humano como factor chave de um desenvolvimento sustentável e equilibrado a nível económico, social e ambiental.

Neste contexto, a Dianova decidiu dotar-se do presente Manifesto com a participação de todos os seus membros. O Manifesto está alinhado com a Carta de Princípios e Responsabilidades aprovadas pela Rede em 2010, que tem por fim enaltecer as nossas principais posições em assuntos que mais nos preocupam e sobre os quais temos o direito e dever de expressar o pensamento da nossa organização.

Estamos convencidos que o futuro e a razão de ser da nossa organização passam pelo equilíbrio do nosso papel como fornecedores de serviços de Qualidade e da nossa capacidade em promover a mudança social. Acreditamos que este equilíbrio ajudar-nos-á a criar uma sociedade mais responsável e equitativa, incorporando a complexidade e pluralidade da realidade e assegurando a inclusão de todas as pessoas.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Os Objectivos do Desenvolvimento Sustentável

Em 2015, as Nações Unidas adoptaram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, uma iniciativa para fortalecer a cooperação entre governos e outras partes interessadas que se esforçam para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir prosperidade para todos. Os 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda (SDG) e os seus 169 objectivos específicos tornaram-se símbolos deste projecto ambicioso.

A missão da Dianova e a sua concretização encontram-se eco no contexto da Agenda 2030. Ao implementar várias práticas e iniciativas locais e internacionais, a Dianova gera um significativo impacto na implementação dos SDG, somando-se aos esforços globais para construir um mundo melhor para todos e incorporando a linguagem da Agenda 2030 no seu trabalho. Além disso, ao emitir este Manifesto, a Dianova está a demonstrar o seu compromisso no alcançar dos SDG.

Finalmente, a Agenda 2030 é holística e interseccional: todos os SDG estão inter-relacionados e reforçam-se mutuamente. Cada secção do Manifesto inclui assim logótipos que representam vários SDG estreitamente relacionados, sem excluir outros objectivos não ilustrados.

Dianova e o Desenvolvimento Sustentável

Uma sociedade sustentável é uma sociedade que prospera, proporcionando, de forma justa e equitativa, uma boa qualidade de vida a todos os cidadãos. É uma sociedade onde as necessidades actuais e futuras de todos são atendidas sem exceder os limites dos ecossistemas e dos recursos naturais dos quais depende toda a vida.

A implementação de práticas de desenvolvimento sustentável é justificada não só pela finitude de vários recursos naturais, mas também pela aceleração dos danos ambientais e pela crescente desigualdade.

Para responder a esses desafios num mundo cada vez mais complexo e interdependente, é fundamental que todos os actores da sociedade adoptem uma abordagem abrangente e centrada, simultânea e harmoniosamente, nas três dimensões do desenvolvimento sustentável - económica, social e ambiental.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, com o apoio da ONU, focaliza-se em cinco temas principais para a humanidade e o planeta, os chamados "Cinco Ps": Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Participação.

Pessoas: garantir o bem-estar de todos os cidadãos da sociedade mediante o acesso universal às necessidades básicas, independentemente do nível de vida: alimentação, habitação, saúde, igualdade de acesso ao trabalho, educação, segurança, direitos humanos, cultura, etc.

Planeta: prevenir a degradação do planeta e protegê-lo, especificamente através do consumo e produção responsáveis, gestão sustentável dos recursos naturais e implementação de medidas urgentes para enfrentar as mudanças climáticas.

Prosperidade: garantir a todos os seres humanos a oportunidade de levar uma vida digna e próspera e assegurar que os avanços tecnológicos, económicos e sociais funcionem em harmonia com a natureza.

Paz: promover o desenvolvimento de sociedades pacíficas, justas e inclusivas, apoiadas por instituições transparentes e responsáveis, impulsionadas pelo desejo do bem comum.

Participação: promover a solidariedade global para abordar as múltiplas e inter-relacionadas questões de desenvolvimento sustentável, com a participação de todos os países e partes interessadas.

A Posição da Dianova

A Dianova apoia a seguinte definição de desenvolvimento sustentável: "uma forma de desenvolvimento que satisfaz as necessidades das gerações actuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras atender às suas necessidades".

Acreditamos que a situação actual deve-se principalmente às consequências da globalização, a qual extravasou um mero fenómeno económico ligado ao desenvolvimento dos mercados mundiais, afectando todos os aspectos da vida nas nossas sociedades. A Dianova acredita que, embora a globalização económica tenha tido efeitos positivos para vários países e respectivas populações, alterou profundamente os equilíbrios do poder social e político de cada país. O poder empresarial aumentou, enquanto o de outras organizações diminuiu, aumentando as desigualdades regionais, nacionais e globais, e o fosso entre as mesmas.

O conceito de desenvolvimento sustentável impôs-se rapidamente desde a Cimeira da Terra no Rio de Janeiro (1992), promovendo uma maior consciencialização relativamente a grandes questões ambientais e disparidades mundiais. O desenvolvimento sustentável ampliou o alcance dos problemas globais para incluir questões ambientais, de saúde, de comércio e de pobreza.

Nos últimos anos, no entanto, surgiram duas tendências na interpretação do desenvolvimento sustentável. Para alguns, especificamente os fabricantes industriais, o desenvolvimento

sustentável tornou-se uma oportunidade para abrir novos mercados e alcançar um rápido crescimento económico. Esses actores justificam as suas acções como ajudando a reduzir a pobreza. Outros reduziram incorrectamente o conceito a uma dimensão estritamente ambiental.

A visão da Dianova é que é essencial reequilibrar esta situação através da introdução de uma forma de desenvolvimento sustentável centrada nas pessoas, definido como a capacidade das comunidades humanas para atender às suas necessidades básicas a longo prazo. Essas necessidades envolvem o ambiente, a habitação, a água potável, a alimentação, o saneamento básico, a higiene, a participação democrática, a coesão social, a expressão cultural e espiritual, etc. A resposta a este desafio só será possível se se basear no potencial social, económico e ecológico de cada região e respeito pela biosfera.

Acreditamos que o desenvolvimento sustentável centrado nas pessoas exige uma revisão completa do funcionamento das nossas sociedades, examinando os nossos pressupostos e estilos de vida, particularmente como produzimos e consumimos bens. Este objectivo envolve a implementação de uma mudança que irá alterar atitudes e comportamentos, promovendo a consciencialização sobre o espaço partilhado que habitamos. Devemos dar prioridade à justiça social, solidariedade e igualdade de oportunidades, e garantir que as gerações actuais e futuras respeitem os grandes equilíbrios ecológicos e a importância da democracia.

Acreditamos que o desenvolvimento do terceiro sector oferece actualmente um bom modelo de desenvolvimento económico e humano. Este modelo inclui aspectos de produção, distribuição e consumo, mantendo o envolvimento, responsabilidade e coesão social dos cidadãos.

Finalmente, **reconhecemos** que ao iniciar esse processo, é necessário que sejam promovidas parcerias de longo prazo entre todas as partes, incluindo organizações internacionais, governos, empresas, ONG e sociedade civil.

PARTE 1: DIANOVA E O MEIO ENVOLVENTE

AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS



O que é uma Organização Internacional?

Na segunda metade do século XIX, os Estados criaram organizações internacionais especializadas ou regionais para consubstanciar um quadro formal para a cooperação. O alcance das organizações internacionais, inicialmente reduzido à assistência técnica (a mais antigo é a União Postal Universal), desde então expandiu-se para áreas políticas que vão do comércio à segurança colectiva e à integração regional. Ao servirem os governos que as financiam e supervisionam, as Organizações internacionais representam, conseqüentemente, um aspecto da soberania colectiva dos Estados, podendo muitas das suas iniciativas entrar em conflito com a soberania de determinados governos.

As organizações internacionais são constituídas principalmente por estados soberanos, tratados internacionais, acordos multilaterais ou acordos entre governos para coordenar acções em áreas determinadas pelo seu estatuto¹.

O Princípio da Soberania do Estado

Ao participarem em organizações internacionais, os estados permanecem soberanos. As Nações Unidas, por exemplo, reconhecem o princípio da igualdade soberana dos seus Estados membro, abstendo-se de intervir em assuntos da jurisdição de cada Estado membro. O processo de decisão que as organizações internacionais seguem reflecte o princípio da soberania que combina os princípios da tomada de decisão obrigatória por consenso e "1 estado = 1 voto".

No entanto, as organizações internacionais estão a tornar-se mais independentes, em parte devido a problemas de liderança e, mais importante ainda, porque desenvolveram conhecimento que os governos não têm (por exemplo a especialização nuclear da AIEA, a saúde da OMS, o direito internacional dos refugiados do ACNUR, etc.)

¹ (Online) Emploipublic.fr (2012): O que é uma Organização Internacional? [Acesso: 5 de junho de 2017]

Funcionamento

As organizações internacionais gozam de personalidade jurídica em virtude do direito internacional, têm órgãos próprios e implementam as suas próprias acções. No entanto, uma vez que estão subordinadas aos Estados com o objectivo de servir os seus objectivos e facilitar a cooperação com outros Estados, permanecem subordinados aos seus Estados fundadores. Actualmente, existem mais de 250 organizações internacionais e intergovernamentais (incluindo organizações regionais) que desempenham vários papéis no sistema internacional.

Relações entre ONG e Organizações Internacionais

As associações transnacionais, comumente designadas ONG internacionais, têm vindo desde meados da década de 1970 a converter-se em actores indispensáveis na arena internacional, representando uma força que exerce influência que rivaliza com a das organizações intergovernamentais. As ONG internacionais são manifestações transnacionais do que denominamos "sociedade civil" ou um conjunto de movimentos sociais organizados em torno de objectivos e interesses comuns.

As ONG internacionais exercem maior influência em parte porque os governos nacionais reconhecem as suas próprias limitações. Os governos não podem resolver de forma independente problemas sociais cada vez mais complexos que atravessam as fronteiras e podem ameaçar a saúde, o bem-estar ou a segurança das suas populações. A necessidade de preservar o meio ambiente, erradicar certas doenças ou controlar drogas são exemplos de tais problemas.

Diante desses desafios, várias organizações internacionais como a ONU foram convidadas a assumir novas responsabilidades, investindo na gestão de relacionamentos e parcerias mais estreitas com organizações não-governamentais. Como afirmou Nitin Desai, Secretário-Geral Adjunto dos Assuntos Económicos e Sociais (1992-2003): "As ONG já não têm uma relação de simples cliente das Nações Unidas. Elas trazem novas ideias, alertam a comunidade global para desafios emergentes e envolvem os seus talentos e conhecimentos críticos no trabalho com as Nações Unidas (...)".

A Posição da Dianova

Um dos grandes desafios do século XXI é a governança da globalização. Governos e organizações internacionais devem ser capazes de adaptar os regulamentos e controlar os excessos de interesses privados de forma mais eficaz, garantindo uma visão de longo prazo compatível com o interesse geral.

A globalização não é meramente a manifestação conjunta de governos e mercados, dos sectores público e privado, ou da lógica nacional e transnacional. Devemos entender a

crescente influência global de um conjunto mais amplo de actores e mecanismos de mudança. Especificamente, devemos examinar o papel que desempenham as organizações não-governamentais e o terceiro sector nesta visão social e solidária.

A Dianova **pretende estar** envolvida neste movimento e a desempenhar um papel activo junto das organizações internacionais para que possam exercer uma influência mais contundente. Queremos também estar mais perto dos centros de decisão das organizações internacionais para que possamos trabalhar efectivamente na concretização da nossa visão.

A Dianova **esforça-se** por participar tanto quanto possível no desenvolvimento de propostas, acções e programas concretos para fortalecer o papel destas instituições, bem como a aplicação das suas políticas e recomendações nos países onde actua. Em última análise, a Dianova acredita que não é apenas possível, mas essencial, pensar globalmente e agir localmente.

AS RELAÇÕES COM OS ESTADOS



Durante mais de duas décadas, as organizações do terceiro sector têm-se envolvido cada vez mais em áreas tradicionalmente da competência dos Estados. Este compromisso do terceiro sector e a sua implementação podem variar amplamente. Por exemplo, em alguns países, o campo de desenvolvimento local e comunitário tornou-se um espaço onde os representantes dos sectores público e social podem encontrar-se e trocar ideias. Noutros países, no entanto, o papel que as ONG desempenham é mais o de uma oposição do que actuar num verdadeiro compromisso operacional, levando os governos desses países a considerar essas ONG com reservas. Entre esses dois extremos constatamos diversas matizes de relações governo - terceiro sector.

Nos países com sociedades civis activas, as partes interessadas locais e comunitárias são fonte de muitas práticas e iniciativas inovadoras de ajuda às populações mais vulneráveis. Seja qual for o chamado foco de actividade - economia social e solidariedade, acção comunitária ou empreendedorismo social – muitas dessas iniciativas são notáveis e beneficiam as comunidades que servem. Por outro lado, a implementação de parcerias com o sector público para realizar essas iniciativas pode aumentar o impacto na construção do conhecimento geral do desenvolvimento do país. Neste contexto, o desafio é determinar a relação precisa entre o terceiro sector e o estado visando alcançar maiores benefícios para o desenvolvimento.

Motivos para Cooperar

Os governos e as organizações do terceiro sector têm muitas razões para cooperar e que podem variar de acordo com o país. Geralmente, dois conjuntos de factores podem desempenhar um papel fundamental: económico ou sociopolítico. Os factores económicos reflectem os cortes orçamentais apesar das necessidades crescentes, não descurando o facto de que as ONG operam a um custo menor do que o sector privado, etc. Os factores sociais e políticos incluem a ambição do governo em fortalecer a sociedade civil ou beneficiar do consenso social gerado por algumas ONG mais proeminentes.

Mecanismos Colaborativos

Os mecanismos colaborativos incluem abordagens contratuais em que os governos "compram" os serviços que as ONG fornecem às populações, de acordo com termos precisos: duração, condições financeiras, resultados, responsabilização; e abordagens de parceria e cooperação, em que duas entidades fundamentalmente diferentes concordam em abordar conjuntamente determinadas questões sociais ou implementar em conjunto projectos específicos (cooperação intersectorial). A cooperação entre parceiros envolve métodos que são muito diferentes da abordagem contratual, incluindo:

- Objectivos determinados em conjunto pela ONG e pela instituição governamental
- Decisões tomadas em colaboração e por consenso
- Relações formais / informais baseadas em confiança
- Processos horizontais e não-hierárquicos
- Interações e sinergias entre parceiros
- Responsabilidade e prestação de contas conjuntas

A Posição da Dianova

As organizações do terceiro sector esforçam-se para fornecer respostas aos diversos desafios colocados pelo contexto social actual, desde crises sociais, económicas e ambientais até à crescente desigualdade entre ricos e pobres. Estas organizações são responsáveis por uma grande variedade de iniciativas para fazer face sobretudo às necessidades das populações mais vulneráveis, incluindo encorajar as pessoas a mudar atitudes e implementar práticas para combater a discriminação, identificar ameaças ao meio ambiente, etc.

Dado a magnitude da tarefa, a Dianova considera essencial implementar mecanismos de colaboração ou parcerias entre organizações da sociedade civil, governos e sector privado. Sentimos que esses mecanismos são a melhor maneira de abordar problemas socioeconómicos cada vez mais diversos e complexos. Desta cooperação podem resultar melhores serviços e mais eficientes, com base numa compreensão detalhada das necessidades das comunidades locais.

A cooperação entre governos e o terceiro sector pode ainda fornecer soluções para a escassez de financiamento crónico que atinge algumas áreas. No entanto, acreditamos que essas colaborações não devem substituir o envolvimento crítico dos governos, que assumem a responsabilidade principal pela promoção de um desenvolvimento humano mais justo e sustentável.

Portanto, como actores que complementam o trabalho das autoridades públicas, instamos os governos a implementar medidas e disponibilizar financiamento adaptado para fornecer serviços de qualidade, respeitando a sustentabilidade das organizações sociais.

A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA



Desde 1945, as ONG passaram a obter o reconhecimento oficial dentro de ONU: nos termos do artigo 71 da Carta das Nações Unidas, às ONG pode ser-lhes concedido Estatuto Consultivo junto do Conselho Económico e Social das Nações Unidas (ECOSOC). Para dar resposta à diversidade, à amplitude de competências e às crescentes competências das ONG, em 1996, o ECOSOC aprovou uma resolução que actualiza as disposições do artigo 71 abrindo caminho para parcerias mais estreitas com as ONG. A Resolução ECOSOC 1996/31 é a base jurídica actual que regula "as relações consultivas entre as Nações Unidas e as organizações não-governamentais".

Hoje, mais de 3.700 ONG têm estatuto consultivo junto do ECOSOC, tendo duplicado entre 2000 e 2010. Para além deste crescimento, as ONG exercem um papel de influência activa sobre as operações de organizações internacionais de maneiras muito diferentes, podendo ser consultadas ou envolvidas nas deliberações e na implementação de decisões específicas tomadas pelas organizações internacionais. Por exemplo, a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) ou o Gabinete das Nações Unidas sobre drogas e Crime (UNODC) cooperam com centenas de ONG.

Durante muito tempo, as ONG mantiveram um mero papel consultivo e/ou operacional nas operações ou nos processos de tomada de decisão das organizações internacionais. No entanto, hoje, muitas ONG passaram a contribuir activamente para a definição de políticas e prioridades de programas de organizações internacionais.

Papel da Sociedade Civil Organizada

Algumas ONG adquiriram conhecimento prático e domínio de actuação em diferentes sectores de actividade, resultando em conhecimentos técnicos essenciais para um debate bem informado e com contra-argumentação eficaz. Estas ONG desempenham um papel diplomático não-governamental que amplia o seu protagonismo a nível internacionais (papel tradicionalmente reservado aos actores soberanos) a nível da mediação de conflitos, acções humanitárias e outros.

Este papel assumido pelas ONG é um acervo irreversível. A sociedade civil e a opinião pública são cada vez mais influentes através dos seus stakeholders internacionais organizados, com meios cada vez mais eficientes a nível de recursos técnicos, conhecimentos, educação e comunicação. A sociedade civil organizada exige participar na resolução de problemas internacionais que se manifestam regional, nacional e/ou localmente à medida que a globalização avança.

Para a Dianova, esses desenvolvimentos representam uma oportunidade para uma maior integração internacional e uma oportunidade para a democracia.

A Posição da Dianova

As ONG e o terceiro sector surgem com o objectivo de erradicar o problema que enfrentam: drogas, SIDA, pobreza ou exclusão social, etc. Esse propósito caracteriza um comportamento de desenvolvimento e crescimento específico para as organizações, que precisam de adaptar-se continuamente à sua própria razão de ser e ao seu sentimento de utilidade. É por isso que acreditamos que a própria natureza das nossas organizações membro se encontra em contínua evolução, ou seja, o conjunto de processos de maturação e de aprendizagem através do qual realizam o seu ciclo de vida e renovam o seu potencial. Esses processos permitem que as organizações evoluam e se adaptem às novas necessidades em vez de cair num crescimento organizacional desprovido de sentido.

Após um começo marcado geralmente por espontaneidade e espírito pioneiro, muitas das organizações sociais vivenciam processos significativos de profissionalização e desenvolvimento organizacional. Este processo permite-lhes passarem gradualmente de uma cultura do heroísmo para a da responsabilidade social e posicionarem-se como interlocutores confiáveis e credíveis.

Neste contexto, a Dianova desenvolve projectos conjuntos e implementa parcerias com outras organizações do terceiro sector, promovendo uma política de abertura e colaboração. Estamos convencidos de que essas práticas representam a melhor garantia de um desenvolvimento consistente, ajudando as organizações a evitar o comportamento auto-referencial ou a fragmentação excessiva que muitas vezes impedem a unidade da acção do terceiro sector. Essa unidade é essencial para obter resultados credíveis na senda de objectivos de mudança

social. **Apostamos** na diversidade e complementaridade, e afastamo-nos da posição da concorrência.

Vivemos num período de transição histórica entre os excessos do século XX e a moderação do século XXI. Agora que o mito do crescimento infinito mostrou os seus limites, devemos aprender a viver de maneira diferente.

Espera-nos um imenso desafio: garantir uma rede de saúde e segurança social justa, solidária e sustentável num contexto económico diferente. **Sentimos** que é aqui que a sociedade civil organizada, o terceiro sector em geral, entra em jogo, mobilizando recursos e meios com menos dependência do financiamento público porque sabe como compensá-lo (e às vezes substituir) com paixão, competência, generosidade e compromisso. A sinergia dos sectores público e social é uma resposta essencial ao desafio que enfrentamos: o da sustentabilidade dos sistemas de saúde e protecção social.

A Dianova aposta na promoção de uma maior união de todo o terceiro sector como um actor fundamental no desenvolvimento das comunidades. Queremos ajudar a manter o vínculo de solidariedade entre os Estados e as suas populações com o objectivo de construir uma sociedade mais equilibrada, inclusiva e equitativa.

O MUNDO ACADÉMICO E CIENTÍFICO



Para a Dianova, a investigação, a inovação e a avaliação são de suma importância. É por isso que vemos o mundo académico como um aliado natural e essencial na senda dos nossos objectivos, bem como um parceiro capaz de nos ajudar a enfrentar a falta de recursos e competências que por vezes dificultam o nosso desenvolvimento.

A cooperação entre ONG e o mundo académico e científico pode produzir avanços e oportunidades de desenvolvimento, melhorar a capacidade de incidência política e intervir no campo através da divulgação de inovações científicas, beneficiando ambas as partes.

Objectivos destas Parcerias

Intercâmbio ou Criação de Conhecimentos

Para o mundo académico e científico, as parcerias com ONG geralmente representam a possibilidade de aceder a áreas geográficas de investigação. As parcerias com ONG permitem aos investigadores colocar as suas teorias em prática aproveitando a logística e o

conhecimento local detido pelas ONG. Os investigadores podem ainda beneficiar da experiência das ONG em abordagens participativas, compreensão do contexto e das realidades locais.

Para as ONG, a presença de um investigador ou cientista pode permitir-lhes ter uma visão global e externa importante para analisar as acções da organização. Este tipo de parceria permite adicionalmente aceder a ferramentas científicas rigorosas que ajudam a validar a relevância das acções da organização, e encorajam a sua replicação noutros campos, contribuindo assim para uma maior profissionalização das ONG.

Intercâmbio para Formação de Futuros Profissionais

A Dianova reconhece a importância que os contextos reais assumem na criação e teste de conhecimento. A Dianova oferece oportunidades para realizar actividades curriculares e de investigação em contexto real, de acordo com os códigos de ética e deontológicos aplicáveis.

Melhorar as Actividades de Incidência Política

Para além dos objectivos de intercâmbio e criação de conhecimento, as parcerias entre ONG e o mundo académico e científico podem ser usadas para melhorar a relevância e a qualidade das actividades de incidência política realizadas pelas ONG. Independentemente da sua qualidade, as acções de solidariedade nacionais ou internacionais não são suficientes para gerar mudanças reais em termos de assistência social ou ajuda ao desenvolvimento.

É por isso que tantas ONG passaram a investir em actividades de incidência política destinadas a influenciar políticas e decisores. Neste contexto, uma parceria efectiva com investigadores ou cientistas pode ser útil para melhorar a qualidade, relevância e legitimidade dos argumentos das ONG. O uso de bancos de dados, estudos específicos de áreas ou sectores de actividade ou outras metodologias que as ONG não são capazes de desenvolver isoladamente são especialmente valiosos.

A Posição da Dianova

Implementar parcerias entre ONG e o mundo académico e científico é um desafio devido às diferenças de funcionamento e de objectivos a alcançar. As ONG procuram implementar programas para atender às necessidades de uma população específica nos contextos de emergência e/ou desenvolvimento. O trabalho dos investigadores é sobretudo a produção de resultados relacionados com a análise do conhecimento.

Sentimos que é essencial, no entanto, mobilizar as energias para que o mundo académico e científico possa colaborar mais estreitamente com as ONG. As novas tendências apoiam o

desenvolvimento de currículos práticos no ensino superior. As ONG podem beneficiar por exemplo dos estágios curriculares qualificados, ou de investigadores e formadores que podem contribuir para o seu próprio desenvolvimento, podendo este tipo de parceria gerar inovações no trabalho das ONG. Mais importante ainda, pode ajudar a criar uma nova cultura organizacional que melhore os conceitos de transdisciplinaridade e interconexão entre teoria e prática. Finalmente, o ensino superior é visto como muito mais do que uma mera instituição que emprega uma linha de montagem de investigadores cujo único interesse é verem o seu trabalho publicado. Muitos investigadores passaram a desempenhar um papel mais activo no processo de desenvolvimento humano e no estabelecimento de uma cidadania activa, capaz de exigir a responsabilidade e prestação de contas por parte dos governos.

Por este motivo, a Dianova quer **posicionar-se** como uma organização experiente que pode oferecer aos alunos a formação prática de que precisam. A Dianova esforça-se por proporcionar um ambiente que combina capacidade técnica e compromisso social - um ideal que muitos académicos não encontram durante o seu processo de formação. A Dianova proporciona ainda um ambiente de intervenção que acreditamos **facilitar** a pesquisa experimental ou descritiva, bem como a avaliação de programas e outras experiências. É por isso que a Dianova tem uma política de portas abertas a todos os investigadores e académicos que procurem beneficiar de experiências concretas para os seus trabalhos de investigação.

Finalmente, a Dianova **compromete-se** com a mudança social e a inovação no campo do conhecimento, uma área que é em grande parte um empreendimento académico. O trabalho colaborativo com instituições académicas e científicas torna-se assim uma condição para o progresso da organização.

O MUNDO EMPRESARIAL



Tradicionalmente marcadas pela ignorância ou antagonismo, desde a década de 1990 as relações entre o mundo empresarial e as organizações não-governamentais evoluíram para um diálogo e várias formas de cooperação na sequência do aumento de novas preocupações éticas no mundo corporativo. As consequências da globalização e dos escândalos financeiros que estiveram na génese de crises económicas, sociais e ambientais começaram a colocar profundos desafios à legitimidade das empresas. Em consequência, as empresas foram forçadas a integrar questões de desenvolvimento social, ético e sustentável nas suas estratégias de desenvolvimento económico. Essas mudanças são a origem do conceito de Responsabilidade Social Corporativa (RSC): uma abordagem voluntária para integrar estas questões na operação do dia-a-dia das empresas.

Para construir um relacionamento com a sociedade, agora percebido como essencial, as empresas passaram a recorrer a organizações não-governamentais reconhecidas como actores chave no sistema internacional e que desfrutam de um capital de simpatia, credibilidade e aceitação junto da opinião pública.

Motivação das Empresas

Muitas ONG tornaram-se interlocutores indispensáveis das empresas, como parte das políticas internas e/ou externas de RSC. As ONG trazem a essas relações uma compreensão das causas e dos campos de acção do desenvolvimento sustentável e do envolvimento social. As parcerias com as ONG proporcionam às empresas acesso a oportunidades de formação e aprendizagem, melhorando os seus conhecimentos nas áreas de desenvolvimento social e sustentável. Esta experiência contribui para a integração de novas responsabilidades nos processos de gestão da empresa, permitindo que as empresas reduzam os riscos de impacto financeiro após uma crise social ou ambiental, ao mesmo tempo que melhoram a sua imagem e reputação através de um posicionamento responsável.

Motivação das ONG

Também é importante considerar as motivações das ONG que se associam às empresas, sendo as relações ONG /Empresas o resultado de uma escolha estratégica por parte das ONG. Estas colaborações podem assumir diferentes formas, que vão desde uma parceria estratégica até acções destinadas a desafiar e pressionar as empresas a cooperarem. As empresas são importantes players na sociedade porque têm um poder que lhes permite abordar questões sociais e ambientais. Através destas parcerias, as ONG mostram que querem responder às expectativas dos seus próprios públicos de interesse e serem vistas como capazes de oferecer soluções, ampliando o seu campo de acção, alcance e influência, bem como incrementando as suas fontes de financiamento e redes de disseminação.

Condições para uma Parceria de Sucesso

Três tipos de condições são necessárias para assegurar o sucesso da relação ONG/Empresas:

- **Condições Humanas:** motivação clara de ambas as partes, confiança e compreensão mútua
- **Condições Estruturais:** um quadro contratual e financeiro rigoroso, uma organização transparente, o desenvolvimento de práticas de trabalho comuns.
- **Condições Materiais:** proximidade geográfica, domínio das políticas e ferramentas de comunicação, transferência de conhecimentos e habilidades, investimento equitativo (tempo, ferramentas, recursos).

A Posição da Dianova

A Dianova sente que a relação ONG / Empresa deve representar mais do que um mero quadro de colaboração participativa - com base no princípio de "dar e receber" - entre ambas as partes. As relações ONG / Empresas podem e devem ser fundamentadas numa visão estratégica que prepara o caminho para a construção de uma sociedade sustentável em que a justiça social e a preservação ambiental sejam consideradas prioritárias. Alguns dos modelos de empreendedorismo social recentemente desenvolvidos mostraram que podem ser motores importantes a nível económico e simultaneamente empenhados com a protecção ambiental e interesse comum e não apenas a orientação ao lucro.

A Dianova **acredita** que o sucesso e os resultados positivos desses novos modelos de empreendedorismo podem ter maior impacto e repercussões positivas quando implementados em parceria com ONG locais, nacionais ou internacionais, não descurando o relacionamento com as autoridades governamentais. O desenvolvimento de um projecto social sustentável e inclusivo é, por definição, apenas possível quando todas as partes interessadas e os cidadãos participam dos processos de gestão.

O mundo das empresas representa uma importante área de interesse para a Dianova. **Preferimos** um modelo de negócio específico que combine os valores de respeito, sustentabilidade, transparência, justiça e desenvolvimento com rentabilidade, excelência e inovação.

Acreditamos que as empresas são parte integrante da sociedade e que, como produtores de riqueza, têm uma responsabilidade social. Para além das abordagens do bem-estar, estamos empenhados em criar alianças de promoção de intercâmbios de know-how e expertise, como parte de uma responsabilidade social partilhada.

Queremos construir pontes entre as empresas e o terceiro sector para combinar o melhor dos dois mundos: eficiência corporativa e profissionalismo, por um lado, e motivação, resiliência e solidariedade, por outro. A nossa experiência realça a eficácia desta sinergia para a sociedade como um todo, para além do impacto positivo na qualidade de vida e laboral de todas as pessoas.

PARTE 2: O COMPROMISSO DA DIANOVA

AS DEPENDÊNCIAS



Visão geral

A dependência é caracterizada pela incapacidade de uma pessoa parar um ciclo repetido de comportamentos que proporcionem prazer ou redução de desconforto, e pela perseverança da pessoa na busca de tais sentimentos apesar das habituais consequências negativas (problemas de saúde, problemas de dinheiro, isolamento, perda de emprego, etc.).

Para a Dianova, o conceito de dependência não se refere apenas ao leque de substâncias psicoactivas legais e ilegais. Inclui comportamentos compulsivos, como o jogo patológico, a dependência de sexo, pornografia ou relacionados com internet (jogo online, jogos de vídeo, redes sociais, cyberbullying, compras online, etc.), designados como dependências comportamentais ou "livres de substância".

Os Determinantes da Dependência

A dependência é um problema multifactorial cujos determinantes (causas) podem ser classificados em três grupos:

- **Factores de vulnerabilidade ou protecção individual:** esses factores são biológicos (genéticos ou físicos), psicológicos (pessoais e às vezes história familiar, personalidade, psicopatologia, etc.) e socioeconómicos (pobreza ou insegurança económica, isolamento, estresse no trabalho, etc.)
- **Factores ambientais:** factores culturais, sociais e históricos, leis e regulamentos, ambiente de vida, condições de habitação, disponibilidade e acessibilidade de substâncias, marketing online sobre álcool, jogo e apostas, etc.
- **Factores de comportamento específicos do produto ou aditivos:** toxicidade e neurotoxicidade (a curto ou a longo prazo), capacidade física e psicológica adictiva (a susceptibilidade pode levar a um menor ou maior grau de dependência), etc.

A Sociedade da Dependência

As dependências são um dos principais desafios que as sociedades modernas enfrentam, podendo ser vistas como resultantes de um certo modelo de desenvolvimento social e suas consequências para os indivíduos: os ideais modernos da felicidade individual a todo custo, sucesso, consumo e gratificação instantânea, tornam as sociedades modernas particularmente propícias à dependência.

A Dependência é uma Doença?

Em 2011, especialistas da *American Society of Addiction Medicine* (ASAM) desenvolveram uma nova definição que afirma que a dependência "não é um simples problema comportamental que envolve muito álcool, drogas, jogos de azar ou sexo", mas sim "uma doença cerebral que ocorre espontaneamente, não relacionada com qualquer factor anterior" (doença primária). De acordo com este modelo, a dependência é uma doença para a qual os pacientes precisam de cuidados, como uma pessoa com doença cardíaca, acreditando os defensores que este modelo reduz a estigmatização dos dependentes.

A Dependência é uma Doença? A Posição da Dianova

A neurobiologia e imagens neuronais alcançaram avanços significativos nos últimos anos. Estes avanços levaram a uma nova perspectiva e permitiram o desenvolvimento de moléculas promissoras para tratar alguns dependentes. O progresso, no entanto, não reduziu a importância das abordagens biopsicossociais para o tratamento da dependência.

Para a Dianova, o modelo de "dependência como doença" subestima a natureza multifactorial do problema, os avanços resultantes de várias abordagens clínicas e terapêuticas pluralistas, sistémicas e integradas. Estas estratégias concentram-se na pessoa e respeitam as escolhas de vida que as pessoas fazem.

Como actores do sector das dependências, acreditamos que a nossa vocação é ajudar as pessoas a recuperar a autoconfiança e apoiá-las no caminho da autonomia. Esta abordagem requer uma gestão abrangente das necessidades individuais e a participação activa das pessoas no seu próprio processo de mudança.

Acreditamos que a sobre-medicalização do tratamento da dependência pode contribuir para vitimizar as pessoas dependentes, diminuindo assim a sua capacidade de enfrentar os seus problemas. Por esta razão, acreditamos que os avanços no tratamento da dependência devem preservar o potencial individual de responsabilidade e autonomia.

Dependências Sem Substâncias e Novas Substâncias Psicoativas

O desenvolvimento da Internet facilitou o surgimento de novas substâncias que imitam os efeitos de drogas ilícitas como o ecstasy, a cannabis ou a cocaína, incentivando o ressurgimento ou o aparecimento de dependências comportamentais. Estas novas formas de dependência incluem novas substâncias psicoativas, ou NPS, jogo compulsivo ou patológico, bem como várias formas de problemas online. Além das várias formas de dependência relacionada com a Internet, as condutas que podem levar a dependências comportamentais são cada vez mais comuns nas sociedades ocidentais: bulimia e anorexia, dependência sexual, compras compulsivas, exercício desportivo compulsivo, etc.

As Novas Substâncias Psicoativas - novas drogas, ou novas substâncias psicoativas (NPS), designam um grupo diversificado de substâncias que imitam os efeitos de várias substâncias ilícitas. A estrutura molecular ligeiramente diferente das NPS permite que iludam temporariamente a legislação nacional e o controle internacional sobre narcóticos, podendo assim ser comercializadas e proporcionar lucros significativos aos revendedores antes que a legislação os restrinja.

Os mecanismos de acção dessas substâncias e seus efeitos a médio e longo prazo permanecem por documentar: os efeitos a curto prazo podem variar de acordo com a substância, o indivíduo e as condições de consumo, sendo a maioria das NPS responsável por muitos casos de overdose, crise psicológica (“*badtrips*”) e várias mortes por ano.

O Jogo Compulsivo – apesar do jogo é uma das actividades humanas mais antigas, o reconhecimento das manifestações psicopatológicas do jogo compulsivo, seu diagnóstico e tratamento são recentes. O jogo compulsivo foi reconhecido como um transtorno mental na década de 1980 e apresenta critérios muito semelhantes aos da toxicodependência (obsessão, escalada, sintomas de abstinência, impacto social e familiar, etc.).

Problemas Internet – Os especialistas ainda estão a debater a realidade da dependência internet. Muitos investigadores e especialistas em dependência ressaltam, no entanto, que certas práticas da Internet são de facto semelhantes ao uso patológico, sendo denominadas como desordem de dependência Internet, uso de internet patológico ou dependência cibernética.

A dependência Internet envolve várias categorias de pessoas, incluindo aqueles que se envolvem em jogos de vídeo, em particular jogos em modo multijogador (MMORPGs), jogos de azar online, pornografia online (ou seja, experimentando uma necessidade irresistível de sites pornográficos) e compradores online compulsivos.

As pessoas que sofrem destes problemas apresentam os mesmos sintomas que qualquer outro dependente, tais como perda da liberdade e impossibilidade de reduzir ou interromper esses comportamentos, apesar das suas consequências negativas.

Apesar de ainda existirem relativamente poucos centros especificamente dedicados ao tratamento da dependência Internet, as soluções mais eficazes utilizam modelos baseados em terapias cognitivo-comportamentais, motivacionais ou de prevenção de recaídas. Estas terapias são baseadas num conjunto de práticas validadas destinadas a identificar os factores

que desencadeiam o comportamento da dependência. O tratamento visa contrariar esses factores, reforçando a capacidade pessoal e a autonomia, exigindo um forte compromisso, tanto do paciente como do terapeuta.

Outros métodos utilizam tecnologias (ferramentas parentais) para limitar o acesso à Internet, focalizando-se principalmente essas estratégias em crianças e adolescentes. Em qualquer caso, os profissionais geralmente concordam com um objectivo: limitar o uso da Internet em vez de abstinência total.

A Importância da Prevenção Precoce

A prevenção da dependência deve integrar os desenvolvimentos sociais (novos medicamentos, novos padrões de consumo, mudanças na legislação, etc.), utilizando estratégias que tenham comprovado sucesso, desde a educação em saúde até à redução de danos e minimização de risco. A prevenção deve integrar estratégias de comunicação destinadas a aumentar o conhecimento, mudar o comportamento e questionar os estilos de vida.

Neste contexto, as estratégias de prevenção devem ser implementadas, de forma específica, em todos os estágios da vida, desde a fase da pré-adolescência. A educação pode desempenhar um papel essencial na promoção de atitudes e conhecimentos conscientes da saúde adaptados a determinadas situações sociais potencialmente adictivas, podendo, por exemplo, professores, alunos e pais participar em módulos de prevenção.

Finalidade da Intervenção nos Programas Dianova

Os programas de tratamento da dependência da Dianova, sejam em regime residencial ou em ambulatório, focalizam-se em responder às necessidades e expectativas daqueles que os solicitam. Apesar de a dependência levar a uma perda considerável de autonomia, acreditamos que os indivíduos são capazes de fazer certas escolhas quanto ao consumo, os meios (usando equipamentos esterilizados, não partilhando materiais de consumo, buscando ajuda, etc.) e às suas expectativas de tratamento.

Conceito de maior Autonomia possível

Quando recebemos uma pessoa nos nossos programas, começamos por escutar os seus sofrimentos e angústias. Não impomos uma solução ideal e definitiva, mas sim acompanhamos através de um processo de limitação dos riscos relacionados com a sua situação ou comportamento, procurando entender o que causa ou desencadeia os seus problemas.

É por isso que os programas Dianova não procuram impor um único objectivo de tratamento para todos - por exemplo abstinência de drogas ou álcool -, mas sim investir na personalização da adaptação desses objectivos às expectativas, capacidades, situação social e história pessoal de cada pessoa. O princípio mais importante desta abordagem é garantir o maior respeito

pelos direitos da pessoa. Ao mesmo tempo, devemos considerar a ambivalência que muitas pessoas sentem, especialmente no início do tratamento. Nos nossos centros, os terapeutas da Dianova trabalham para que as utentes, com a sua participação activa, alcancem o maior nível possível de autonomia, para que possam fazer escolhas responsáveis e informadas relativamente ao uso de álcool, drogas, internet ou outros comportamentos aditivos.

O CONTROLO INTERNACIONAL DE DROGAS

O regime internacional de controlo de drogas foi implementado há mais de um século com a assinatura das primeiras convenções internacionais que visavam principalmente o controlo do mercado de medicamentos não regulamentado em vez de proibi-lo, graças ao trabalho conjunto de todos os Estados. Posteriormente, os Estados Unidos começaram a defender medidas internacionais cada vez mais restritivas com base na proibição e criminalização do uso, comércio e produção de plantas utilizadas na produção de narcóticos, excepto para fins científicos e médicos.

Nos últimos cinquenta anos, os pilares da lei internacional de controlo de drogas foram incorporados em três convenções internacionais adoptadas pelos Estados membros das Nações Unidas:

- **A Convenção de 1961 sobre Estupefacientes**, ou Convenção Única, que combina a legislação anterior e constitui a base jurídica do regime.
- **A Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas de 1971** sobre o controle de substâncias psicoactivas.
- **A Convenção contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas de 1988**, com o objectivo de fortalecer a cooperação entre a comunidade internacional, a fim de combater os problemas relacionados a drogas.

Crítica do Regime Actual de Controlo de Drogas

As consequências negativas de um regime baseado principalmente na proibição estão a ser apontadas por um número crescente de governos, ONG e agências internacionais. Estas argumentam que o regime não só se tem mostrado ineficaz na contenção da oferta, como ainda estimulou o crescimento do comércio mundial de drogas ilícitas.

O resultado directo deste mercado negro traduziu-se na mudança de políticas e fundos alocados à saúde pública para a aplicação da lei e segurança pública, contradizendo flagrantemente um dos objectivos estabelecidos no Preâmbulo da Convenção Única de 1961: "As partes, preocupadas com a saúde física e moral da humanidade (...)". O Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (UNODC), o principal órgão da ONU envolvido no controlo de drogas, reconheceu no seu relatório de 2008 que "a segurança pública tomou o lugar da saúde pública como o primeiro princípio do controlo de drogas".

O relatório de 2011 da Comissão Global de Política de Drogas apresentou uma radiografia condenatória dessas políticas. O relatório observou que a abordagem de segurança pública resultou em despesas públicas exorbitantes, consequências devastadoras para a saúde, falta de contenção do tráfico de drogas e crime organizado, obstáculos para o desenvolvimento nas nações produtoras, violações dos direitos humanos, estigmatização dos utentes, poluição e deflorestação, etc.

É de notar ainda que com estas políticas, o número de adultos que consumiram drogas - cerca de 5% da população adulta (250 milhões de pessoas) - aumentou pela primeira vez em seis anos, de acordo com o relatório da UNODC de 2016². O relatório destaca também o impacto negativo do tráfico, cultivo e produção de drogas ilícitas nos esforços para o desenvolvimento, colocando em risco o alcançar dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.

Recomendações da Dianova

As políticas de repressão e criminalização de drogas implementadas inicialmente para deter o consumo falharam. Os dados actuais mostram que é impossível, de acordo com as políticas actuais, reduzir o mercado global de drogas de forma significativa e sustentável. Adicionalmente, estas políticas têm graves consequências negativas para a saúde pública, segurança e desenvolvimento; perpetuam formas arriscadas de uso de drogas e punem desproporcionalmente os consumidores em alguns países. Noutras palavras, o actual regime de controlo de drogas, tal como foi projectado e implementado, não está a ter um impacto positivo na redução da oferta e procura de drogas.

Apesar destes fracassos, os esforços das ONG e de outras organizações melhoraram a situação geral dos consumidores de drogas. Estes avanços levaram a uma visão menos negativa dos dependentes, encorajando as autoridades públicas a adoptar medidas vitais de saúde pública, incluindo políticas de redução de danos, e a promover o tratamento e a reintegração de de pessoas utilizadoras de substâncias adictivas.

A Dianova acredita que é essencial que essa tendência continue até que o modelo do regime internacional de controlo de drogas possa ser revisto ou mesmo modificado. É vital, por exemplo, acabar com a criminalização dos consumidores de drogas e enfatizar com base em métodos comprovados uma abordagem equilibrada e complementar de saúde pública.

Algumas abordagens de tratamento e reabilitação, como as comunidades terapêuticas profissionais, fazem parte desses métodos. As políticas de redução de danos são soluções eficazes e de baixo custo, mas não podem ser aplicadas indiscriminadamente a todos os utilizadores que precisam de cuidados. Apesar de os programas de reabilitação, tanto residenciais como em ambulatório, serem comparativamente mais caros, representam a longo prazo um investimento rentável que reduz os gastos com saúde, criminalidade e absentismo

² United Nations Office on Drugs and Crime (online) - World Drug Report 2016 [Acesso: 5 de junho 2017]

no local de trabalho. É por isso que instamos os governos a implementar um conjunto de políticas complementares, sem favorecer uma abordagem em detrimento de outra.

A Posição da Dianova

1. A rede Dianova constata os limites de uma política internacional centrada principalmente na proibição e na repressão.

O ideal de um mundo sem drogas provavelmente era credível há cinquenta anos, mas não parece realista face aos dados que dispomos hoje. A incapacidade de parar o aumento do tráfico, corrupção e consumo de substâncias psicoactivas, especialmente entre os jovens, demonstra a necessidade de rever a abordagem actual.

2. A Rede Dianova apoia a reforma do quadro geral das convenções e agências da ONU sobre drogas para uma abordagem enfocada na saúde pública.

Este quadro deve passar de um enfoque principal na proibição e criminalização para uma abordagem de saúde pública que respeite os direitos humanos. A reforma também deve incentivar a inovação e a procura de soluções adaptadas a um problema em constante mudança, incluindo oportunidades de tratamento adequadas. Além disso, esperamos que as agências das Nações Unidas desempenhem um papel de liderança nessa mudança de pensamento, incentivando os governos a implementar um conjunto de soluções complementares.

3. A rede Dianova apoia o estabelecimento de debates junto da sociedade sobre as dependências a nível nacional.

Sentimos que é urgente que as atitudes em relação à dependência evoluam em cada país. Apoiamos, assim, a realização de debates interdisciplinares políticos, científicos e sociais para formular recomendações para reduzir os danos causados pelo uso de várias substâncias. Essas recomendações devem considerar o risco relativo associado a essas substâncias.

4. A rede Dianova defende a descriminalização do uso de todas as substâncias psicoactivas.

Centenas de milhares de dependentes são perseguidos e punidos com longas penas de prisão, podendo ser executados em alguns países por consumirem drogas ilegais. Mesmo os estados de direito impõem o ónus de um registo criminal aos utilizadores que acaba por negar-lhes acesso a determinados empregos. Apoiamos políticas baseadas na saúde pública e direitos humanos, e pedimos o fim de políticas ineficazes e repressivas que servem apenas para marginalizar utilizadores de drogas e reduzir o acesso aos cuidados que precisam.

5. A Rede Dianova apoia a implementação de medidas baseadas em dados científicos e evidências.

Devemos limitar a influência de ideologias e representações subjectivas e em alternativa

promover abordagens e programas que são validados por dados científicos, monitorizados e avaliados regularmente.

6. A rede Dianova apoia a implementação de medidas complementares e alternativas inovadoras.

Concentrar-se numa única abordagem ou categoria de programas (por exemplo, um tratamento residencial / ambulatório ou estratégia de redução de danos e minimização de riscos) não pode satisfazer todas as necessidades específicas dos utilizadores de substâncias. Por isso, apoiamos a implementação de soluções e abordagens complementares e alternativas inovadoras para prevenir e tratar a dependência, baseadas nas necessidades dos indivíduos e nos seus direitos fundamentais.

7. A Rede Dianova apoia o acesso dos pacientes à cannabis terapêutica

A Dianova acredita que as evidências científicas actuais demonstram a validade das aplicações terapêuticas da cannabis. Estes benefícios incluem propriedades analgésicas, relaxantes, antiespasmódicas e antieméticas e capacidade de estimular o apetite. A Dianova, acredita que os pacientes que se beneficiariam com a cannabis terapêutica devem ter acesso a um produto de qualidade controlado em farmácias ou centros de distribuição especializados. O acesso à cannabis terapêutica deve obedecer aos procedimentos administrativos aprovados pelas autoridades sanitárias competentes.

8. A Rede Dianova apoia o acesso universal do paciente a medicamentos essenciais e alívio da dor.

O sistema de controlo de drogas não fornece acesso equitativo a medicamentos como analgésicos opióides que são essenciais para a gestão de dor e sofrimento perfeitamente evitáveis. Sendo o acesso aos medicamentos para controlar a dor um direito humano fundamental, a Dianova pede a eliminação de todos os obstáculos políticos que impedem alguns estados com PIB mais baixo ou médio em garantir o fornecimento adequado desses medicamentos.

9. A Rede Dianova assinala a decisão de vários estados em implementar uma política de liberalização / regulação da cannabis.

A Dianova acredita que o conhecimento científico actual e as consequências negativas da proibição da cannabis suportam essas decisões. No entanto, ainda permanecem questões sobre os riscos para a saúde ligados ao uso da cannabis e sobre o aumento potencial do seu consumo entre os jovens. A Dianova, neste contexto, abstém-se de assumir uma posição pública até que as referidas políticas estejam devidamente avaliadas, permanecendo atenta à evolução dos conhecimentos científicos sobre a matéria.

10. A Rede Dianova opõe-se à liberalização / regulamentação de outras substâncias actualmente ilícitas.

É difícil o suficiente, se não é quase impossível, para as autoridades públicas reduzirem o consumo de tabaco e álcool e evitar que os menores os consumam. Este facto, combinado com o estado actual do conhecimento, sugere fortemente que a liberalização de substâncias actualmente ilícitas faria com que o seu uso explodisse, aumentando drasticamente os danos para a saúde pública.

A EDUCAÇÃO



A Educação no modelo Dianova

No modelo Dianova, a educação está no cerne da nossa missão. É uma prática interdisciplinar que afecta cada área de intervenção. Para a Dianova, contribuir para o desenvolvimento e a autonomia das pessoas requer criar espaços de educação formal, não formal e informal.

A educação formal consiste nas componentes oficiais do sistema de educação e formação (escolas e universidades, educação para adultos). No modelo Dianova, esses elementos incluem cursos de diploma, estágios e cursos de educação para adultos. A educação informal representa toda a aprendizagem que fazemos todos os dias sem sequer dar-nos conta: lendo um artigo, conversando com amigos ou integrando opiniões de outros que influenciam as nossas.

Situada entre a educação formal e informal, a educação não formal oferece espaços e tempos de aprendizagem claramente definidos. Não valida a aprendizagem mediante a concessão de um diploma ou a avaliação do que aprendemos. A educação não formal procura incentivar os participantes a tomarem iniciativas e a agir de forma autónoma num formato aberto, participativo e inclusivo.

Na Dianova, esses espaços de aprendizagem não formal podem basear-se, por exemplo, nos métodos de educação experiencial. Por exemplo, um indivíduo pode adquirir habilidades cognitivas e sociais através de experiências directas não-formais, transformando essas habilidades em conhecimento adquirido através de auto-avaliação e reflexão com a ajuda e orientação de um educador ou facilitador experiente.

Características da Educação não formal:

- É um processo organizado destinado a educar,
- É participativo e centrado no indivíduo,

- Pretende desenvolver as habilidades e competências das pessoas e prepará-las para uma cidadania activa,
- Enfatiza acção, experiência e iniciativa, com base nas necessidades dos participantes,
- Baseia-se na aprendizagem individual e grupal, dentro de uma abordagem participativa e inclusiva.

Dianova e a Educação: Perspectivas e Actividades

Entre os seus programas e espaços educacionais ou de formação, a Dianova defende uma abordagem de educação formal, não formal ou informal que envolve participantes activamente no processo de aprendizagem. Independentemente do conteúdo do formação ou dos conhecimentos ou habilidades a serem adquiridos, a Dianova favorece espaços que promovam a autonomia e participação. Esses espaços permitem que os participantes se conheçam melhor, se auto-analisem e avaliem as suas habilidades e competências, bem como a tomar iniciativa dentro de um grupo e a avaliar o impacto resultante.

As iniciativas educacionais propostas pela Dianova devem permitir que os participantes voltem a envolver-se num projecto de educação formal (escola, universidade, formação). Estas iniciativas também devem usar a força desta abordagem participativa e inclusiva para promover a aprendizagem da cidadania, conviver e respeitar os outros e o meio ambiente. Mais do que estimular a transmissão do conhecimento, permitem que os participantes adquiram habilidades e um espírito de inovação e autonomia que materializarão nos seus papéis como profissionais e/ou cidadãos.

A Dianova implementa programas de capacitação (para trabalhadores, utentes e outros públicos específicos), garantindo a igualdade de oportunidades de acesso à educação e formação. No caso dos utentes, esses programas são desenhados especificamente para pessoas em risco de exclusão social ou outras vulnerabilidades, enfatizando a aquisição de habilidades sociais e técnicas que podem facilitar a integração social e vocacional.

A Posição da Dianova

A Dianova acredita que a educação é um direito que deve ser garantido pelo Estado e fortalecido pela sociedade civil como um todo. O direito à educação deve ser aplicado a toda a população: crianças (meninos e meninas), adolescentes e adultos.

Os principais objectivos da educação devem ser:

- Favorecer a plenitude da personalidade humana, desenvolver talentos e habilidades mentais e físicas em todo o seu potencial;
- Inspirar o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades;
- Inspirar o respeito pela identidade dos indivíduos, sua linguagem, valores culturais, valores nacionais específicos do seu país de residência ou origem e respeito pelas

civilizações e culturas diferentes das suas;

- Permitir que os indivíduos assumam as suas responsabilidades de vida numa sociedade livre, pacífica, tolerante, igualitária e de amizade entre os povos;
- Inculcir o respeito pelo meio ambiente e ecossistemas.

A Dianova implementa acções de educação formais (organizadas e certificadas), não-formais (programas de prevenção e de tratamento, campanhas de marketing e publicidade social, etc.) e educação informal (espontânea), com o objectivo de contribuir para o alcance de objectivos definidos.

A Dianova **implementa** acções de incidência política para que todos tenham acesso à educação em todo o mundo. Nesta perspectiva, a rede Dianova intervém em relação às organizações e estados a nível internacional a fim de promover a educação para todos e com todos e eliminar as barreiras que impedem o seu acesso, tais como:

- **Falta de Financiamento para a Educação** - o dinheiro não é tudo, mas continua a ser o elemento essencial de um sistema educacional válido e efectivo. De 2008 a 2012, o financiamento global de ajuda à educação nos 59 países em desenvolvimento parceiros da Associação Mundial para a Educação foi reduzido em US\$ 34 mil milhões.
- **Falta de Professores ou Professores Competentes** - não há professores suficientes para alcançar o objectivo do ensino primário para todos. Além disso, muitos professores não possuem formação adequada e muitos alunos sofrem de défices de aprendizagem. As Nações Unidas calculam que são necessários mais de 5,1 milhões de professores para alcançar o objectivo de um ensino básico para todos até 2030.
- **Falta de Salas de Aula e Equipamentos** - A falta de uma sala de aula e ambiente de aprendizagem decente (materiais escolares, água potável e sanitários) é um obstáculo para milhões de crianças, especialmente na África subsaariana.
- **Exclusão de Crianças com Deficiência** - a educação é um direito humano universal, mas quase 93 milhões de crianças com deficiência não têm acesso ao sistema educacional. Nos países mais pobres, até 95% das crianças com deficiência não frequentam a escola.
- **Ser uma Menina** - pertencer ao género "errado" é uma das principais razões pelas quais às meninas é negado o direito à educação. Gerações inteiras de meninas foram excluídas da educação e, actualmente, mais de 100 milhões de mulheres jovens não sabem ler ou escrever. Apesar dos progressos recentes, uma criança em cinco não vai à escola por causa da pobreza (as famílias fazem da educação dos meninos uma prioridade e mantêm as meninas em casa para realizar tarefas domésticas).
- **Viver num País em Guerra** - os sistemas educacionais são uma das primeiras vítimas em situações de conflito: os governos deixam de prestar serviços essenciais e os deslocamentos da população prejudicam a continuidade da aprendizagem. Além disso, a manutenção da educação não é um objectivo prioritário para a ajuda humanitária

(apenas 1,4% da ajuda humanitária mundial foi alocada à educação em 2012).

- **A Distância entre o Lar e a Escola** - devido à falta de infra-estruturas, muitas crianças têm que caminhar até seis horas por dia para ir ou sair da escola. A distância é, portanto, um obstáculo intransponível para crianças com deficiência ou desnutridas e para meninas que estão em risco de violência em caminhos perigosos.
- **Fome e Subnutrição** - O impacto da fome na educação permanece pouco estudado, mas a subnutrição tem um impacto negativo significativo no desenvolvimento de cérebro e habilidades cognitivas. A fome limita a aprendizagem na escola, especificamente as habilidades de leitura. A fome e a subnutrição afectam mais de 171 milhões de crianças.
- **Custos relacionados com Educação** - A Declaração Universal dos Direitos Humanos estipula que a educação gratuita é um direito universal. No entanto, apesar dos progressos recentes, frequentar a escola envolve excessivos custos formais e informais. Essas despesas são especialmente onerosas para as famílias mais pobres, condenadas a repetir o ciclo da pobreza.

A JUVENTUDE



As pessoas jovens têm entre 15 e 24 anos, representando 18% da população mundial. Os jovens representam um capital social fundamental: são os impulsionadores da mudança social, desenvolvimento económico e progresso técnico, social e cultural. Nenhuma sociedade pode prosperar sem depender da visão, dos ideais, da energia e do empenho da juventude.

Para a Dianova é fundamental dispor de todos os meios para garantir o desenvolvimento de programas, iniciativas e políticas dedicadas aos jovens. Os esforços que fazemos para aproveitar o seu potencial e enfrentar os problemas e os desafios que enfrentam terão implicações cruciais para o bem-estar e a prosperidade das gerações futuras.

Protegendo a Juventude

Pressão Social

As mudanças culturais, políticas, económicas e sociais da sociedade de hoje apresentam enormes desafios para os jovens. As sociedades em muitos países desenvolvidos exigem que os jovens se formem e se preparem para uma vida profissional altamente competitiva. Encontrar um lugar nessas sociedades pode ser difícil, e devemos apoiar os esforços para ajudar os jovens a prosperar.

Abuso e Perigos

Os jovens estão expostos a riscos que atrasam o seu desenvolvimento ou os impedem de obter uma educação normal, tais como conflitos armados e trabalho forçado em alguns países e, mais geralmente, abusos e maus-tratos. Para responder a esses problemas, a Dianova implementa programas e actividades que promovem o desenvolvimento do jovem, bem como actividades de incidência política, exortando as organizações internacionais e os governos a assegurar por exemplo a integração social dos jovens após os conflitos e que promulguem leis que protejam os jovens.

Conflitos entre Jovens

A adolescência representa uma era de conflitos, real ou imaginada, que pode levar os jovens a seguir vias perigosas (abuso de substâncias e outros comportamentos desviantes, extremismo, etc.). A Dianova, por meio das suas diversas iniciativas, procura dar prioridade ao trabalho com jovens, ajudando-os a resolver esses problemas.

Saúde dos Jovens

A maioria dos jovens no mundo goza de boa saúde, mas uma série de problemas e doenças podem prejudicar o seu desenvolvimento: consumo de tabaco e álcool, falta de exercícios, sexo desprotegido, violência, etc. Promovendo práticas saudáveis durante a adolescência e tomando medidas para prevenir riscos para a saúde são questões importantes que procuramos implementar ao longo do tempo.

Promover a Educação

Os jovens desfrutam de um nível de educação sem precedentes a nível mundial, apesar de ser necessário ampliar a educação de crianças e jovens em regiões mais vulneráveis para ajudá-los a ter empregos decentes e padrões de vida adequados. As acções prioritárias incluem:

- Abordar as desigualdades de género: a educação das meninas é uma parte essencial do seu próprio desenvolvimento, das suas famílias e comunidades. No entanto, apesar da taxa de alfabetização das meninas ter aumentado nos últimos anos, esta ainda permanece atrás da dos meninos.
- Ajudar os jovens nos países em desenvolvimento a ter acesso a educação e formação a todos os níveis
- Os países desenvolvidos precisam fazer grandes esforços para melhorar a qualidade e eficácia dos programas educacionais e formativos que incentivem a criatividade, inovação e empreendedorismo.

Promover a Integração Profissional e Social

Num contexto de envelhecimento populacional observado na maioria dos países industrializados, a educação e a integração profissional dos jovens nessas sociedades constitui um enorme desafio. O abandono escolar e as elevadas taxas de desemprego deixam muitos jovens excluídos socialmente. Na UE, por exemplo, um em cada três jovens está desempregado um ano depois de deixar o sistema educacional.

A Posição da Dianova

Acreditamos que é essencial **implementar** estratégias interdisciplinares para garantir que os jovens tenham os meios e as condições para alcançar a integração profissional e social. Esta estratégia deve aumentar a participação dos jovens na vida cívica e requer recursos financeiros, sociais e investimentos políticos para ajudar os jovens. As estratégias para ajudar os jovens devem incluir as organizações da sociedade, famílias, professores e empregadores como participantes activos.

Por conseguinte, a Dianova **apóia** a Estratégia Juvenil da UNESCO (2014-2021), que envolve três estratégias de implementação:

- Formulação e revisão de políticas com a participação de jovens;
- Capacitação para a transição para a idade adulta;
- Participação cívica, participação democrática e inovação social.

DESIGUALDADES, POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL



A Pobreza no Mundo

O número de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza extrema (menos de US \$ 1,90 por dia) caiu de 2 mil milhões em 1981 para 900 milhões em 2012. A taxa de pobreza extrema foi reduzida em três vezes quando consideramos o crescimento da população global (de 4,5 para 7 mil milhões). Hoje, 12,8% das pessoas nos países em desenvolvimento ou emergentes vivem em extrema pobreza, comparadas com a taxa de 44% há trinta anos atrás.

Apesar da enorme pressão demográfica, a pobreza extrema diminuiu e as condições de vida melhoraram em todo o mundo nos últimos trinta anos. No entanto, estes dados globais representam apenas uma tendência geral que mascara a pobreza persistente e generalizada. Além disso, o limiar de US \$ 1,90 é muito baixo e ignora a crescente riqueza em países que só beneficiam uma pequena minoria.

Desigualdades dentro dos Países

É verdade que a desigualdade entre países caiu significativamente, mas a desigualdade interna, dentro dos países desenvolvidos, tem vindo a crescer desde a década de 1980, começando a afectar os países em desenvolvimento. O argumento tradicional que explica esse aumento da desigualdade inclui a globalização, avanços tecnológicos e políticas públicas. O último factor explica parcialmente as enormes diferenças níveis de desigualdade e pobreza em diferentes países.

Hoje, os países mais desiguais da OCDE são o México, o Chile e a Turquia, seguido pelos Estados Unidos. O coeficiente de Gini (uma medida estatística em que 0 se todos os indivíduos têm o mesmo rendimento e 1 se apenas uma pessoa detém o total dos rendimentos) excede 0,40 nos EUA, um limite geralmente considerado significativo, e 0,48 no Chile e no México. Os países do norte da Europa, como a Dinamarca e a Noruega, e alguns países da Europa Central, como a Eslovénia e a República Eslovaca, são os mais igualitários. Apesar de os dados de desigualdade de países não pertencentes à OCDE não serem totalmente comparáveis, podemos concluir que as desigualdades nos países emergentes são mais elevadas em média do que na área da OCDE, especialmente em certos países não pertencentes à OCDE³.

³ OCDE, 2015 (Online) Em conjunto: por que menos benefícios de desigualdade todos, OECD Publishing, Paris. [Acesso: 5 de junho de 2017]

A maioria dos países desenvolvidos criou redes de segurança social e esquemas de assistência de protecção aos seus cidadãos. A grande maioria das pessoas nesses países tem agora acesso a bens como água potável, e doenças mortais que ainda afectam os países pobres têm diminuído. Além das necessidades básicas, todas as pessoas podem aceder a uma diversidade de serviços públicos, embora os níveis de qualidade variem de acordo com o país.

Não podemos aplicar padrões de pobreza absoluta a um segmento crescente de populações nos países desenvolvidos. Seria absurdo aplicar a medida de pobreza extrema (menos do que \$ 1.90 por dia) para esses países. No entanto, a crescente desigualdade aumenta o peso dos problemas que as pessoas mais pobres enfrentam - habitação, emprego e formação, educação, saúde, analfabetismo, acesso ao lazer e à cultura, etc. -, problemas estes que podem potenciar o aumento de situações de vulnerabilidade social.

Nos países mais ricos, centenas de milhares de pessoas são sem-abrigo e enfrentam os perigos das ruas todos os dias. Os trabalhadores ilegais estrangeiros são explorados em empregos improvisados e alojados em bairros sociais mas com preços de aluguer excessivos. Milhões de pessoas vivem em condições de habitação de qualidade inferior e não conseguem alimentar-se adequadamente, não podem providenciar roupas ou oportunidades recreativas aos seus filhos, ou mesmo tirar férias. Pessoas nessas circunstâncias não estão ao nível da pobreza extrema que existe nos países emergentes, mas não deixam de sentir um sentimento de vulnerabilidade social destrutivo que pode por em perigo a nossa coesão social.

A Posição da Dianova

A Dianova acredita que é essencial **considerar** a extensão da desigualdade em todo o mundo. Também acreditamos que todos os seres humanos, em todos os países, "têm direito à vida, à liberdade e segurança pessoal". Acreditamos que este princípio é o mais importante que defendemos.

É por isso que **acreditamos** que melhorar as condições de vida das pessoas mais pobres do mundo deve ser uma preocupação constante dos países ricos. Infelizmente, este não é o caso na actualidade como demonstra a indiferença à situação dos países em desenvolvimento. Acreditamos que o nosso papel como actores da sociedade civil é apoiar o desenvolvimento económico, democrático e social e influenciar os nossos governos para fazer o mesmo.

Os países em desenvolvimento necessitam desesperadamente de mais atenção, bem como uma urgência de apoio ao crescente número de pessoas em situações socialmente vulneráveis relacionadas com o aumento das desigualdades.

A Dianova **considera** essa pobreza e exclusão injusta e indigna de sociedades que possuem os meios para resolver estes problemas. Além disso, acreditamos que oferecer suporte a pessoas vulneráveis para facilitar a sua inclusão pode trazer significativos benefícios sociais, económicos e de segurança pública.

É por isso que, por razões éticas e práticas, apoiamos esforços para encontrar e implementar soluções que promovam a inclusão de pessoas com alta vulnerabilidade social e abordem as causas da pobreza e exclusão. Este é um objectivo fundamental para alcançar uma sociedade pacífica.

DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO



O desenvolvimento comunitário é um processo que uma comunidade implementa para resolver um problema ou melhorar as condições de vida, especialmente dos mais vulneráveis ou socialmente desfavorecidos. Este processo envolve a participação activa de membros da comunidade, instituições públicas e ONG.

O termo "desenvolvimento comunitário" é um termo genérico que pode incluir abordagens tais como desenvolvimento social, desenvolvimento local, projectos participativos, acção colectiva, ou comunidades que cuidam. O que essas abordagens de desenvolvimento comunitário têm em comum é que não impõem uma solução às comunidades para melhorar a vida dos seus cidadãos, mas sim propostas de formas de fazer as coisas e actuação com base em três princípios: participação cívica, consulta e parcerias, e maior capacitação individual e comunitária.

Participação Cívica

No contexto do desenvolvimento comunitário, a participação visa envolver os cidadãos nas diversas acções relacionadas com a vida da sua comunidade. Trata-se de partilhar o seu ponto de vista, ouvir e participar na tomada de decisões e acções. Os cidadãos não são vistos como meros utilizadores dos serviços disponíveis, mas como actores com respostas colectivas próprias. O desenvolvimento comunitário é sobre trabalhar com, não para, a população.

Consulta e Parcerias

Este princípio baseia-se na ideia de que os determinantes de saúde e das condições de vida de uma comunidade são frequentemente externos, e que os mecanismos económicos, políticos e sociais influenciam as condições de vida dos seus cidadãos. A consulta e as parcerias requerem o compromisso de trabalhar com actores locais e com as autoridades públicas. Essas colaborações terão por objectivo inovar e criar novas formas de organização, de funcionamento e de produção de resultados duradouros.

Incrementando o Poder de Agir

O fortalecimento do poder de actuação acontece a nível individual, organizacional e comunitário. A nível individual, o objectivo é fazer com que as pessoas exerçam maior poder sobre as suas vidas e saúde. A nível organizacional, pode assumir a forma de uma estrutura para apoiar e avaliar iniciativas individuais e acções colectivas. Finalmente, a dimensão colectiva visa aumentar a capacidade da comunidade em melhorar as condições de vida de seus cidadãos, reduzindo as desigualdades.

A Posição da Dianova

Como qualquer trabalho social, ao desenvolvimento comunitário subjaz um conjunto de valores que servem de marco comum de referência, incluindo a procura de maior justiça social e defesa dos direitos humanos fundamentais, igualdade e equidade com a finalidade de assegurar as mesmas oportunidades para todos. Estes valores materializam-se ainda na defesa dos mais vulneráveis através do desenvolvimento de iniciativas dedicadas ao fortalecimento dos laços sociais e da coesão entre vários grupos populacionais, num espírito de cooperação e solidariedade.

A Dianova acredita que um trabalho comunitário de qualidade deve promover uma troca equilibrada entre os diferentes públicos interessados. A base desses intercâmbios são os valores da justiça social, dos direitos, da equidade, da igualdade e da assistência aos mais desfavorecidos. O trabalho comunitário deve considerar as necessidades e interesses de cada indivíduo. Finalmente, deve dar prioridade às forças existentes e potenciais, no âmbito de uma abordagem global. Para a Dianova, os beneficiários do desenvolvimento comunitário devem estar activamente envolvidos no processo de tomada de decisão e na implementação de medidas que os afectem. Esta é a noção de empoderamento aplicado ao desenvolvimento comunitário.

O FENÓMENO DAS MIGRAÇÕES



Sempre houve migração. Da África à Mesopotâmia, do coração da Ásia às Américas, todas as regiões do mundo vivenciaram grandes movimentos migratórios. Os motivos dessas migrações

foram variados: mudanças climáticas, relações comerciais, militares, religiosos ou motivos políticos. Os primeiros passos da globalização económica, a partir do século XV, começaram com a conquista de grandes territórios e grandes movimentos de populações. Por exemplo, o tráfico de escravos removeu quase vinte milhões de pessoas do continente africano e deportou-os para as Américas. Mesmo hoje, alguns países têm tão pouco a oferecer aos seus cidadãos, ou são tão devastados pela guerra, corrupção ou opressão, que os cidadãos vêem a migração como a única forma de melhorar as suas vidas.

Apesar de actualmente a migração não ter a dimensão do passado, muitas vezes apontamos os migrantes e os refugiados como os culpados por todos os males da sociedade. A Declaração Universal dos Direitos Humanos refere o direito de deixar um país, inclusive o próprio, sendo no entanto cada vez mais questionado em todo o mundo, com países a criar maiores obstáculos à imigração e entrada.

Esta situação piorou desde 2013, com o êxodo de centenas de milhares de pessoas da Síria, do Sudão, da Eritreia e do Iraque, a fugir da guerra, do caos e da violência para buscar asilo em países vizinhos ou para entrar na Europa ou outros países do Norte.

Nas Américas, um país como a Venezuela - que há cinquenta anos atrás era estável e próspero e atraiu dezenas de milhares de migrantes da Alemanha, Itália, Espanha e Portugal - viu uma reversão da riqueza num curto espaço de tempo. Actualmente, para escaparem de uma economia esfarrapada herdada do socialismo boliviano, quase 60% dos venezuelanos querem abandonar o país⁴. Aqueles que podem realmente migrar, principalmente trabalhadores qualificados, irão potencialmente juntar-se à indústria do petróleo na Colômbia, criar negócios no Uruguai ou no Panamá, ou abrir clínicas em Miami ou Toronto.

Resta saber, no entanto, se o resto da América Latina está pronta para começar a aproveitar esses movimentos de migração, sejam eles provenientes da Venezuela ou de outros lugares. Na verdade, a América Latina é uma das regiões do mundo que recebe o menor número de migrantes ou refugiados, representando apenas 1,5% da população em 2015⁵.

Preconceito sobre imigração e Migrantes

Para responder a estas crises migratórias, muitos países europeus estão a equacionar medidas proteccionistas: construir muros, reforçar os controlos de migração nas fronteiras europeias (e até mesmo restabelecer os controlos no espaço Schengen), recusando-se a acolher migrantes e/ou refugiados apesar das directrizes da União Europeia, etc. Ao mesmo tempo, alguns políticos estão a dirigir-se aos seus eleitores, ecoando os piores preconceitos contra migrantes ou refugiados.

Nos Estados Unidos no início de 2017, o presidente assinou um decreto autorizando um projecto para construir um muro ao longo da imensa fronteira com o México. Muitos consideram esse muro desnecessário (o número de imigrantes mexicanos tem vindo a diminuir

⁴ Fonte: Datincorp - Caracas, disponível: www.miamiherald.com (2016) [Acesso: 5 de junho de 2017]

⁵ Departamento de Assuntos Económicos e Sociais da ONU - Migrações Internacionais 2015 [Acesso: 5 de junho de 2017]

desde 2007) e prejudicial para as relações EUA-México. Outro exemplo é a Argentina, que em fevereiro de 2017 adotou medidas legais⁶ para restringir a imigração dos países mais pobres da América do Sul.

A Posição da Dianova

Por um dever de Solidariedade, Cidadania e Justiça Social

Em geral, os migrantes e/ou refugiados dão muito mais do que recebem. São consumidores dos bens e serviços dos países que os recebem, são muito qualificados, trabalham, pagam impostos e criam riqueza. Contribuem para os sistemas nacionais de pensões e aumentam a diversidade demográfica e energética nos países de acolhimento. A Dianova acredita que a migração desempenha um papel vital e positivo na riqueza cultural e no desenvolvimento dos países anfitriões. Estudos da OCDE mostraram o impacto positivo da imigração nas finanças públicas, crescimento económico e mercados de trabalho.

No entanto, a actual crise migratória representa um novo desafio, em particular para os países europeus. Para enfrentar este desafio a curto e longo prazo, devem ser implementadas políticas coordenadas de acolhimento e integração para migrantes e refugiados. Os países devem combater a crescente oposição popular à imigração dentro das populações hospedeiras. Precisamos contrariar os argumentos extremistas de que a imigração ameaça o emprego, a protecção social e a identidade nacional, não deixando de ter em conta os problemas locais que resultam de concentrações excessivas de populações recém-chegadas.

Acreditamos que as pessoas devem primeiro reconhecer a interdependência das nações, e entender que a migração é inerente às sociedades humanas e enriquece todos os países, inclusive aqueles que hospedam os migrantes. A Dianova acredita que todos nós, a todos os níveis (actuando como cidadãos ou organizações, intervindo junto dos governos, acolhendo migrantes ou apoiando projectos de desenvolvimento nos seus países de origem), podemos ajudar a construir um mundo no qual a migração já não é considerada uma ameaça, mas sim um recurso e uma oportunidade para o desenvolvimento.

Finalmente, entendemos que os fluxos migratórios devem ser controlados por políticas regulatórias, as quais devem complementar a ajuda ao desenvolvimento aos países de saída da migração. Os governos devem aplicar a política de migração com discernimento e humanidade, evitar a estigmatização das populações imigrantes, e garantir que os migrantes sejam recebidos e integrados nas melhores condições possíveis.

⁶ Boletín Oficial da República Argentina [Acesso: 5 de junho de 2017]

A IGUALDADE DE GÉNERO E O EMPODERAMENTO DAS MULHERES



O uso do termo "mulheres e meninas" neste texto refere-se à identidade sexual percebida, independentemente do sexo ao nascimento, orientação sexual ou expressão.

A Igualdade de Género

A igualdade de género engloba a noção de que todos os seres humanos são livres para desenvolver as suas habilidades pessoais e fazer as suas próprias escolhas, sem serem limitadas por estereótipos, divisão rígida de papéis ou preconceitos. A igualdade de género significa que os comportamentos, aspirações e necessidades das pessoas são igualmente valorizados e encorajados.

A igualdade de género é geralmente vista como a realização de oportunidades iguais para homens e mulheres, mas o conceito actual de igualdade de género vai para além desse modelo binário. A igualdade de género deve responder a nuances específicas, desafios e diferentes níveis de vulnerabilidade associados às diversas formas e expressões da identidade de género individual. Promover a igualdade de género neste contexto significa combater todas as formas de discriminação com base no sexo, papéis de género, identidade de género e orientação sexual. Isso significa que todos os indivíduos têm acesso equitativo a oportunidades, direitos, obrigações e possibilidades, não sendo este acesso determinado pelo sexo dos indivíduos ao nascer ou como expressam sua identidade.

Historicamente, as mulheres e as meninas têm sido sistematicamente afectadas pelo preconceito e a discriminação, comprometendo a liberdade, a segurança e perpetuando a desigualdade generalizada de género. Para combater o preconceito histórico e a discriminação, os grupos desfavorecidos devem receber os meios para alcançar a igualdade de oportunidades.

Na senda da igualdade de género, a Dianova reconhece e endossa os esforços dos movimentos dos direitos das mulheres e dos movimentos LGBTQ (*Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender e Queer*) para assegurar o acesso universal à educação, ao mercado de trabalho e aos direitos sexuais e reprodutivos. A nossa Rede está empenhada em acabar com a violência sexual e outras formas de violência baseada no género. Esforçamo-nos para ajudar a criar um mundo onde mulheres e meninas sejam decisores activos e parceiros iguais em desenvolvimento pessoal, familiar e comunitário.

Integração da Igualdade de Género

Para construir um mundo onde todos os indivíduos tenham a oportunidade de desenvolver plenamente o seu potencial, os governos, o sector privado e a sociedade civil devem analisar e abordar o impacto de programas e políticas em grupos populacionais com base no seu género e em contextos específicos. Para este fim, é necessário investir em dados desagregados por sexo. Uma análise de género desta informação ajudará a formular respostas adequadas às necessidades das mulheres e das raparigas na educação, no mercado de trabalho ou nos cargos de tomada de decisão, bem como no fim da violência e discriminação de género.

Somente ao integrar a perspectiva de igualdade de género em todas as acções, tanto organizacional quanto programaticamente, teremos a oportunidade de conseguir uma sociedade mais justa e equitativa. Na verdade, quando trabalhamos para a igualdade de género, estamos a contribuir não só para o desenvolvimento sustentável, mas também a empoderar as mulheres. Estes dois conceitos complementares, igualdade de género e empoderamento das mulheres, têm o poder de transformar as relações humanas a todos os níveis.

O Empoderamento das Mulheres

Capacitar as mulheres é o processo de ajudá-las a tornarem-se agentes das suas vidas e escolhas. Além disso, o empoderamento económico das mulheres cria condições para tornarem-se livres e independentes e dá-lhes a capacidade de transformar as suas escolhas em acções. Apesar de as mulheres serem o principal alvo de políticas e programas, homens e mulheres, devem participar dos esforços para alcançar a igualdade de género, o que exige uma mudança de mentalidade na sociedade.

O empoderamento das mulheres, como a igualdade de género, é uma dimensão interdisciplinar das políticas da Dianova. A nossa Rede está envolvida em actividades que proporcionam às mulheres a oportunidade de desenvolver suas capacidades profissionais e a alcançar os meios para participar de todos os aspectos da vida económica. Imaginamos um mundo em que as mulheres e as meninas participem igualmente na educação, no trabalho e na tomada de decisões, no lar e nas comunidades.

A Posição da Dianova

O Empoderamento da Mulher para o Desenvolvimento Global

Capacitar as mulheres é um pré-requisito para que as nações consigam um desenvolvimento completo e sustentável. Mulheres e meninas representam metade da população mundial. O seu acesso a uma educação de qualidade e a sua participação no mundo do trabalho estão intimamente ligados ao desenvolvimento económico, social e cultural. O Banco Mundial

afirmou que, sem a participação igual de mulheres e homens, "nenhum país, nenhuma comunidade ou economia pode atingir seu potencial e enfrentar os desafios do século XXI".

Por conseguinte, a Dianova considera que é essencial reorganizar os mercados de trabalho e redistribuir os recursos de forma equitativa, a fim de alcançar o empoderamento e a igualdade das mulheres. Essas medidas são adicionalmente necessárias para acabar com a pobreza e envolver-se num desenvolvimento sustentável que beneficie todos, incluindo garantir a igualdade de remuneração por trabalho equivalente, licença de maternidade decente, flexibilidade de trabalho para as mães e cuidados infantis acessíveis, e paridade de género em cargos de gestão de topo.

Capacitar as mulheres pode efectivamente protegê-las de trabalhos informais, instáveis e mal pagos. Em última análise, é um dos fundamentos das economias estáveis e de cumprir os compromissos internacionais para promover o desenvolvimento e os direitos humanos. Além disso, capacitar as mulheres melhora a vida de todos - mulheres, homens, famílias e comunidades inteiras.

Mulheres e as Dependências

O abuso de substâncias é uma das principais causas de violência contra as mulheres. As dependências tornam as mulheres mais vulneráveis a abusos físicos e sexuais, exploração e abuso psicológico. Da mesma forma, as implicações da saúde pública relacionadas com abuso de drogas afectam mais as mulheres vulneráveis. Fornecer educação básica em saúde pública, sexual, reprodutiva e materna pode reduzir a vulnerabilidade das mulheres face às dependências. A promoção de programas de prevenção das dependências é outra forma de proteger as mulheres.

Sabemos que o acesso à informação e à educação, bem como o apoio comunitário é fundamental para prevenir as dependências. Este acesso e apoio promovem a igualdade de género, reduzem a violência contra as mulheres e gera um aumento da sua contribuição para o rendimento familiar, comunidades e sociedade. Estas medidas podem ajudar directamente as mulheres vulneráveis que sofrem abusos ou não têm acesso a educação e emprego. Em resumo, a informação, a educação e o apoio impedem as mulheres de tornarem-se dependentes ou recorrerem à venda de drogas para subsistirem.

No que diz respeito ao tratamento da dependência, a Dianova considera essencial combater a discriminação e facilitar o acesso aos programas de reabilitação das mulheres. Os programas devem considerar as necessidades específicas das mulheres por exemplo, aquelas com filhos dependentes. As mães devem receber programas de tratamento, monitorização e reintegração individualizados. Finalmente, é importante promover pesquisas sobre questões relacionadas com as mulheres, dependências e desenvolvimento. Essas investigações ajudar-nos-ão a alcançar uma visão actualizada das conexões entre estes temas e enfrentar desafios cada vez mais difíceis.

Mulheres e Migração

Actualmente, enfrentamos numerosos desafios colocados pelo maior fluxo de migração forçada desde a Segunda Guerra Mundial, uma situação particularmente difícil para todos os migrantes, mas especialmente para as mulheres e outros grupos minoritários.

As vulnerabilidades pré-existentes atingem proporções insuportáveis para as mulheres que vivem em zonas de conflito e são obrigadas a fugir. As mulheres correm o risco de violência, tráfico de seres humanos, exploração e agressão sexual, abuso e discriminação nos seus países de origem, enfrentando adicionalmente outros desafios quando os conflitos as forçam a deslocar-se por passagens perigosas ou a instalar-se em locais de trânsito ou campos de refugiados.

Apesar dos atuais esforços para atender às necessidades específicas das mulheres migrantes, é crucial um maior investimento e uma mais eficaz protecção e capacitação de mulheres e meninas. A Dianova acredita que os governos, o sector privado e as organizações da sociedade civil devem trabalhar em conjunto para identificar as necessidades e implementar políticas e medidas nacionais e bilaterais que protejam as mulheres e garantam uma gestão mais eficaz da migração feminina.

PARTE 3: A COMUNICAÇÃO

Dianova e a Comunicação



A comunicação é um termo que pode ser interpretado de forma diferente, dependendo do papel que desempenha dentro de uma ONG. Para um especialista na prevenção de comportamentos de risco, pode significar, por exemplo, educar um grupo vulnerável incentivando os públicos a protegerem-se de doenças sexualmente transmissíveis (comunicação interpessoal). Para um profissional responsável pelas relações institucionais junto de organizações internacionais e das autoridades públicas, a comunicação pode incidir incentivando esses organismos a adoptar políticas ou práticas específicas voltadas para a saúde dos utilizadores de drogas (comunicação organizacional). Finalmente, os administradores e directores podem comunicar promovendo os valores das ONG para o público em geral, apresentando resultados anuais sobre prestação de contas da ONG e manter os doadores informados (comunicação institucional).

Os diferentes objectivos de Comunicação

- **A incidência política** é o processo de influenciar aqueles indivíduos, grupos ou instituições com autoridade para a tomada de decisão para alcançar mudanças políticas, legislativas ou práticas.
- **Comunicar para a mudança de comportamentos** é o uso estratégico da comunicação para efectuar uma mudança voluntária de comportamento individual ou de normas sociais. Esta forma de comunicação visa melhorar o bem-estar do indivíduo, da comunidade ou da sociedade.
- **A comunicação organizacional** é o processo global, contínuo e dinâmico de partilha de informações com todas as partes interessadas internas e externas das organizações (comunicação interna, externa, comunicação de crise, etc.)

Importância da Comunicação

A comunicação é "o sistema nervoso central das organizações, a sua força vital" (Costa, 1995). A comunicação é produto de todas as relações e mensagens interpessoais dentro da organização e com seu meio envolvente, ou seja, com os seus grupos de interesse e público em geral. A comunicação pode até ser mais vital para as ONG do que para as empresas, dado o

seu papel estratégico no aumento da consciencialização de interesse público, denúncia, educação, incidência política, tornando-se em actores influentes na sociedade.

"Enquanto as empresas comunicam para existir, as organizações do sector social existem para comunicar, para transmitir os seus valores de interesse público à sociedade". Podemos dizer que a comunicação faz parte da essência dessas organizações (...) não limitando a sua missão ao fornecimento de serviços de qualidade. Em vez disso, a sua razão de ser reside na transmissão dos valores definidos na sociedade para torná-la mais democrática, viva e mais humana. (As ONG) existem fundamentalmente para enriquecer a sociedade com as suas ideias. O desafio é fazê-lo com maior profissionalismo, criatividade e eficiência. " (Vicente Vidal, 2004).

A Posição da Dianova

Os membros da Rede da Dianova esforçam-se para tornar a comunicação um recurso estratégico crítico, fornecendo recursos suficientes para desenvolver e disseminar mensagens. Como organização, a Dianova não limita a comunicação a iniciativas de marketing relacionadas com a captação de recursos ou à publicidade social. É por isso que, como ONG, preferimos a comunicação informativa, que visa servir um propósito e agregar valor, a uma comunicação persuasiva a qual incide na sedução do público e instar a uma resposta condicionada a distintos estímulos.

O Desafio Digital

As tecnologias digitais, como a Internet e as redes sociais, desempenham um papel crescente na comunicação das ONG. Todos os dias, novas páginas do Facebook são criadas para solicitar a mobilização, são lançadas petições online, e os #hashtags do Twitter procuram atrair a atenção da opinião popular, dos meios de comunicação e dos líderes de opinião. No meio dessas intermináveis chamadas para a acção (*call-to-action*), é difícil traçar um caminho e não existe uma fórmula mágica.

Nesta era altamente competitiva recheada de informações e estímulos, é crucial que cada organização membro da Rede desenvolva um conceito sobre o uso adequado da Internet e das redes sociais, ferramentas que ajudam a construir diariamente uma identidade e uma reputação online, bem como as técnicas mais adequadas, como o marketing de conteúdos e a narração de histórias (o que poderia ser melhor do que uma boa história para contar?).

Alimentamos as nossas comunidades online, publicando regularmente em media e redes sociais e disseminando chamadas de acção, relacionando esses conteúdos com os nossos programas ou compromissos, incidindo na informação que acrescenta valor aos nossos grupos de interesse, destacando o que fazemos e como o fazemos, mostrando que realmente implementamos os nossos projectos e que resultados alcançamos.

Comunicação com os nossos Grupos de Interesse

As organizações não existem isoladamente, mas sim envolvendo-se e interagindo com outras. A razão de ser da Dianova reside nas pessoas que constituem a nossa rede interna e externa e que estão no cerne da nossa organização: as pessoas que trabalham na nossa rede, que participam nas nossas acções, que beneficiam do nosso trabalho, sejam indivíduos, famílias ou comunidades, os cidadãos individuais e corporativos que nos apoiam e nos financiam, bem como a todos aqueles com potencial para fazê-lo. As pessoas são o rosto humano de Dianova, aquelas que geram confiança relativamente à nossa rede e estabelecem a nossa legitimidade.

A Dianova são pessoas: esta é a verdade essencial que devemos nos recordar quando desejamos comunicar e ser transparentes. Criar confiança na Dianova é, portanto, o papel de todos e cada um de nós. Ao mesmo tempo, representamos a Dianova e servimos exemplos de responsabilidade e prestação de contas. Por outras palavras, cada um de nós é um embaixador Dianova.

As organizações membro da Rede Dianova gerem três fluxos de comunicação organizacional separados: comunicação interna, comunicação externa e comunicação de mediação (para parceiros, doadores, colaboradores externos, etc.) visando fornecer substância e a realidade para aumentar a confiança na Dianova. A comunicação não é, portanto, apenas parte da missão, visão e valores da Dianova; ela deve ser consistente e coerente independentemente dos públicos-alvo.

Para a gestão da comunicação, são fornecidos os recursos materiais e humanos necessários. Internamente, esse compromisso permite que os nossos trabalhadores estejam unidos e sustentem a confiança nos sucessos alcançados pela organização através de uma cultura e identidade corporativa que serve de base para a integração dos valores, missão e filosofia da Dianova. A comunicação de mediação e externa ajuda a criar confiança e, a longo prazo, a reputação organizacional da Dianova!

www.dianova.ngo

Dianova Network formed by a group of non-profit associations and foundations in 4 continents, is specialized in developing a wide array of social programmes.



www.dianova.pt